

DEMOCRACIA, REPUBLICANISMO, O ESTADO E O POVO

SONIA FLEURY¹

O privilegio, em todas as relações com a sociedade – tal é, em synthese, a fórmula social e política do nosso paiz – privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é, todas as distincções arbitrarías e odiosas que cream no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos. A esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrophiadora, deve o nosso paiz a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.

Manifesto Republicano (1870)

A qualidade da democracia e das instituições republicanas tem sido tema dominante em debates nos últimos meses, com destaque para o artigo do ex-presidente FHC, no qual o autor afirma que na situação atual “o autoritarismo popular vai minando o espírito da democracia constitucional”. Apesar da contaminação deste debate pelo clima eleitoral, algumas questões importantes vieram à tona em relação à organização do sistema político brasileiro e à autonomia dos poderes.

Questiona-se, em especial a ausência do espírito republicano no exercício do poder, atribuindo-se privilégios a grupos de interesses e partidos políticos o que propiciou a geração de novas estruturas solidárias de articulação entre recursos públicos e interesses particulares. Descontado o clima de campanha eleitoral, a questão republicana, ou a separação entre público e privado, parece ser um problema estrutural do nosso sistema político, como indica o texto em epígrafe.

Essas críticas sobre a fragilidade da nossa democracia contrastam com as avaliações internacionais altamente positivas sobre as instituições políticas brasileiras e sua já demonstrada governabilidade, capazes de garantir a alternância de poder e a progressiva incorporação de milhares de pessoas à condição de cidadania e ao mercado de consumo.

O problema republicano, portanto, não decorre do diagnóstico apresentado na mídia, no qual se identifica que o governo atual vai recriando no país um contexto institucional instável e movediço, mas, ao contrário, na incapacidade dos governantes de romper com as estruturas e práticas que perpetuam o uso privado da coisa pública.

Nosso anacrônico legado político parece ser fadado a reproduzir-se de forma que antigas e novas elites se apropriam dos cargos e dos recursos públicos em nome da manutenção de alianças não programáticas, mas extremamente pragmáticas, que possam dar sustentação ao governante em exercício. Em outras palavras, a renovação das elites não tem sido capaz de inventar uma nova forma de exercer o poder no nosso presidencialismo de coalizão.

Mesmo a existência de políticas distributivas, uma marca recente de nossa democracia, é questionada levantando-se o fantasma do ressurgimento do populismo como a contraface do autoritarismo. Até mesmo uma tentativa de explicação da hipertrofia do Executivo e todas as mazelas a ela associadas é buscada na seqüência inversa na qual se

¹ Doutora em Ciência Política, Professora Titular da EBAPE/FGV onde coordena o PEEP- Programa de Estudos da Esfera Pública

deu entre nós a incorporação dos direitos de cidadania, com anterioridade para os direitos sociais em relação aos direitos civis e políticos. Desta forma, encontra-se na incorporação das demandas sociais, quer via políticas de transferência de renda quer por meio das políticas de proteção social corporativas, a raiz de nossas mazelas políticas! Com este silogismo consegue-se a proeza de opor o povo, o popular, à democracia.

Esta maneira de pensar a construção da democracia como uma seqüência inexorável de direitos de cidadania ao arremedo dos países anglo-saxões é equivocada na sua formulação teórica e na análise histórica. Essa não é uma explicação para a particularidade política brasileira, pois em todas as sociedades cuja transição ao capitalismo se deu em um contexto não liberal o Estado teve um papel crucial nesta transformação, inclusive com a incorporação precoce das demandas sociais com relação aos demais direitos de cidadania. Este pecado original das modernizações conservadoras, no entanto, não impediu países como a Alemanha de construir sólidas instituições políticas e sistemas universais de proteção social.

A ausência de uma dimensão republicana não pode ser atribuída à incorporação do povo ao sistema político, mas sim à sua ausência, o que permite a apropriação privada dos bens públicos e a falta de transparência e de responsabilidade dos governantes. Estas práticas só mudarão quanto se aumentar a efetividade das formas de controle social sobre aqueles que exercem o poder. Só assim será possível reverter a cultura do “foro privilegiado” e da “prisão especial”.

Por outro lado, está na hora de avaliarmos os mecanismos de controle já existentes e buscar compreender suas limitações em relação ao combate à corrupção e ao aumento da responsabilidade dos legisladores e governantes. Não parece ser efetivo o esforço unilateral de fortalecimento dos mecanismos de participação, controle social e mesmo de co-gestão de um aparelho estatal que carece de uma burocracia profissional qualificada, com carreiras estruturadas, responsabilidades definidas, metas a cumprir e sistemas transparentes de avaliação e recompensas. Só assim poderemos acabar com os privilégios e impedir a barganha política de cargos públicos, até mesmo para diretores de hospitais.

O fortalecimento das instituições democráticas e do exercício republicano do poder não podem ser opostos à expansão da cidadania e muito menos à modernização e fortalecimento do aparato estatal. Ao contrário, o desmantelamento do aparelho estatal que assistimos em décadas passadas e que ainda não recebeu a atenção devida, permitiu a sabotagem dos interesses públicos e a reprodução de práticas patrimoniais. É preciso que governo e sociedade retomem com vigor e seriedade a discussão da administração pública. Sem Estado e sem povo não há democracia nem república.